ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 14/11/2019
Aprovado em: 24/9/2020
Período de publicação: jan./jun. 2022

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 7 • n. 18 • Jan./Jun. 2022)

Como citar o artigo:

MACHADO, J. C. do N. "As antigas que dizem": mulheres quilombolas educam e se educam em um movimento transgressor ancestral. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 17, p. 125-143, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p125-143

"AS ANTIGAS QUE DIZEM"

MULHERES QUILOMBOLAS EDUCAM E SE EDUCAM EM UM MOVIMENTO TRANSGRESSOR ANCESTRAL

Joana Carmen do Nascimento Machado[1]

Resumo: Esta pesquisa aborda a organização política de Mulheres Negras do Território Quilombola do Rio Jambuaçu-Moju, PA, e a afirmação do poder feminino nesse Território, cuja centralidade está na dimensão educativa evidenciada no processo de retorno as formas de organização e lutas ancestrais de tais mulheres. O principal objetivo desta investigação é identificar e compreender as estratégias elaboradas por Mulheres Negras Quilombolas para estabelecimento do Poder Feminino nas comunidades nas quais estão inseridas. Para tanto, foram analisados os fatores apontados como determinantes para a tomada de consciência do recorte racial e de gênero, na trajetória pessoal e política dessas mulheres, bem como os processos educativos – formadores – e os saberes neles construídos. Tais saberes são compreendidos, neste trabalho, como pedagogias ancestrais transgressoras aprendidas, formuladas e utilizadas pelas Mulheres Negras Quilombolas nos contextos sociais e políticos pelos quais passaram. Em um processo de tensão, avanços e lutas, as mulheres negras entrevistadas assumiram um importante papel político no interior do movimento de defesa e manutenção do Território frente ao avanço do capital agromineral na região. A Escrevivencia foi a metodologia utilizada para dar corpo às narrativas outras produzidas pelas sujeitas que dialogicamente ensinam por meio de outras pedagogias, a dos desafios vividos por tais mulheres no trato político e pessoal da diferença entre os diferentes, no interior dos Movimentos Sociais de caráter indenitário. É nesse processo complexo que elas constroem e reconstroem suas pedagogias.

Palavras-chave: mulher negra quilombola, ancestralidade, educação, organização política, escrevivência.

[1] Beletrista, doutora em Educação, militante do Movimento Negro, ligada ao Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), Coordenadora Executiva da Rede FULANAS de Mulheres Negras da Amazônia Brasileira, Professora da Rede Estadual de Educação do Pará (Seduc/PA), Belém, PA.
E-mail: joanadacor@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-4228-979X

"LAS ANTIGUAS QUE DICEN": MUJERES QUILOMBOLAS EDUCAN Y EDUCAN EN UN MOVIMIENTO ANCESTRAL TRANSGRESIVO

Abstract: Esta investigación aborda la organización política de las mujeres negras en el Territorio *Quilombola* de Río Jambuaçu-Moju, PA, y la afirmación del poder femenino en ese Territorio, cuya centralidad está en la dimensión educativa evidenciada en el proceso de retorno a las formas de organización y luchas ancestrales de estas mujeres. El objetivo principal de esta investigación es identificar y comprender las estrategias desarrolladas por las Mujeres Negras *Quilombolas* para establecer el Poder Femenino en las comunidades en las que operan. Para eso, se analizaron los factores identificados como determinantes para la toma de conciencia del perfil racial y de género, en la trayectoria personal y política de estas mujeres, así como los procesos educativos – formadores – y los conocimientos construidos sobre ellos. Tal conocimiento se entiende, en este trabajo, como pedagogías ancestrales transgresivas aprendidas, formuladas y utilizadas por las Mujeres Negras *Quilombolas* en los contextos sociales y políticos por los que pasaron. En un proceso de tensión, avances y luchas, las mujeres negras entrevistadas asumieron un papel político importante dentro del movimiento de defensa y mantenimiento del Territorio ante el avance del capital agromineral en la región. La Escrevivencia fue la metodología utilizada para plasmar las otras narrativas producidas por las mujeres que enseñan dialógicamente a través de otras pedagogías, la de los desafíos vividos por tales mujeres en el tratamiento político y personal de la diferencia entre los diferentes, dentro de los Movimientos Sociales de carácter indemnizatorio. Es en este complejo proceso donde construyen y reconstruyen sus pedagogías.

Keywords: mujer negra quilombola. ancestralidad. educación. organización política. escrivivencia.

Introdução

Um dos grandes desafios para se pensar a Amazônia está em entender a enorme diversidade de sujeitos e culturas que a compõe, pensar uma Amazônia negra então, tem causado enorme impacto ao pensamento que produziu o apagamento da matriz africana e sua participação efetiva na formação e desenvolvimento do Território Amazônico, como afirma Salles (2005, p. 93), "Na Amazônia, contudo, a contribuição cultural do negro é sistematicamente diminuída e até negada, no conjunto de seus valores constitutivos", e quanto mais nos aprofundamos das intersecções para dar conta dessa diversidade, como a de gênero, mais contrastamos "[...] com a visão externa a região, homogeneizadora, que a vê como natureza, como floresta, como atrasada, como Reserva de Recursos, como Futuro do Brasil" (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 12).

Neste sentido, questões insurgem e demandam pesquisas com relação à presença negra na Amazônia Paraense, da Mulher Negra, dos Territórios de Resistência Negra e as conformidades educativas que representam, pois trazem à tona narrativas outras que têm provocado a reescritura da história, da história da Amazônia por meio da voz/sujeito de Mulheres Negras que souberam estabelecer formas, lugares, modos e sentidos próprios em oposição aos modos, sentidos e lugares externos produzidos pela ordem hegemônica. As mulheres negras estabeleceram formas de resistências cotidianas que subverteram tal ordem e passaram a colocar na ordem do dia corpos/mentes apartados do construto hegemônico e cada vez mais ligados às suas ancestralidades, provocando uma incômoda, mas necessária escrita da mulher negra no interior da produção científica, marcadamente branca e androcêntrica (SOARES; MACHADO, 2017, p. 205). Tais narrativas apontam para outra humanidade deslocada da humanidade tardia ocidental, apontam para outros

saberes e outras formas de subjetivações, as quais historicamente foram tratadas como subalternas e até fantasiosas.

O presente trabalho tem como objetivo identificar e compreender as estratégias elaboradas por Mulheres Negras do Território Quilombola do Rio Jambuaçu-Moju, PA, mais especificamente as estratégias estabelecidas pelo Grupo de Mulheres "Tucandeiras", que buscam no aprendizado ancestral – "As antigas que dizem" –, instituir um contra poder nas comunidades nas quais estão inseridas. Importa destacar que em todas as organizações a participação efetiva da mulher negra foi invisibilizada pela historiografia hegemônica estendendo-se, em dado momento, a produção dentro do próprio Movimento Negro, como bem aponta Lélia Gonzalez (2018, p. 112-113):

> De repente, o grande público toma conhecimento da importância do 20 de novembro para nós, negros deste País. Justamente porque a morte de Zumbi transfigura-se no ato, que por excelência, aponta para vida. Ao morrer, Zumbi continuou vivo, permanecendo na consciência de seu povo e também na dos opressores desse povo [...]. Palmares foi a primeira tentativa de criação de uma sociedade igualitária, onde existiu uma efetiva democracia racial. Por aí se pode compreender porque os movimentos negros do período pós abolição tiveram nele e em Zumbi a garantia histórica e simbólica de suas reivindicações [...] em 1978, em memorável assembléia realizada em Salvador, o Movimento Negro Unificado estabeleceu o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra [...]. Mas cabe aqui uma pergunta: onde é que a mulher negra entra nesse papo? Será que nós não vamos falar de Dandara ou de Luiza Mahim?

A provocação de Lélia Gonzalez (2018), feita na década de 1980, na verdade, denuncia o vício hegemônico da escrita historiográfica que apaga a diversidade dos sujeitos no enfretamento as opressões e aponta, ao mesmo tempo, que as mulheres negras constituem poéticas próprias apresentando uma contrafala ao discurso oficial, ao discurso do poder, a exemplo das estratégias adotadas no estabelecimento dos territórios da formação dos antigos agrupamentos de negros escravizados em resistência ao regime de escravidão, as atuais Comunidades Quilombolas, contrariando a lógica estabelecida pelo "mundo colonial" que determinou um padrão de humanidade "naturalmente" dividida entre superiores e subalternos, fundamentada na imposição de uma classificação racial. Mulheres Negras que experimentaram dupla discriminação, a de raça e a de gênero, subverteram a ordem hegemônica, reestruturando um novo campo de poder, defendido neste trabalho como desencadeador de processos educativos transgressores diante do contexto de subordinação colonial imposto, acionando o mais eficiente mecanismo de resistência africana: a memória.

Tratadas como desconhecidas no universo histórico da formação da sociedade brasileira, cujas bases estão apoiadas no que Quijano (2005) define como "colonialidade do poder", a perspectiva eurocentrada do conhecimento que elaborou todo um repertório de determinações apoiadas na "[...] classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça" (QUIJANO, 2005, p. 117), cujo fim passou a ser a subalternização de toda experiência humana que se distinguisse da experiência europeia, as Mulheres Quilombolas do Território do Rio Jambuçu e tantas outras mulheres negras dão contorno a um repertorio de mobilizações e formulações que abalam as estruturas da colonialidade que as pretendeu desprovidas de "razão", acionando no processo de afirmação de suas humanidades, o que a lógica colonial/moderna negou como possibilidade

epistêmica, a relação estruturante entre humano e natureza e de um humano-humana, portanto, um humano-mulher.

Organização política de mulheres negras no território quilombola do Rio Jambuaçu-Moju, PA, e sua dinâmica educativa

Para entender a estrutura educativa da memória ancestral, recorremos a escritura do pássaro SANKOFA recuperando a filosofia africana do povo Akan, "nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás", o que entendemos se tratar de um ato de aprendizado que vai permear o processo organizativo das mulheres quilombolas que afirmam " nossos passos vem de longe", que voltaram suas cabeças ao passado/África e construíram um sistema de desenvolvimento, progresso e prosperidade das suas comunidades.

Esse movimento de retorno é também o movimento de guarda da memória e manutenção de tradições, modos, sentidos que dão conformidade á uma poética Afro-brasileira especifica, vale ressaltar que o sentido dado a tal poética, diz respeito a um particular do coletivo de sujeitos em resistência de narração do mundo imposto e a reconstituição das memórias da diáspora, é, portanto, a revelação do utópico desejo de construir um outro mundo (EVARISTO, 2010, p. 12), evidenciadas nas estruturas cosmológicas das rodas de capoeira, de samba, da contação das histórias, dos Terreiros e casas de Axé e do primeiro território de resistência da população negra ao regime de escravidão, o Quilombo.

As mulheres negras/Sankofas, constroem poéticas próprias dentro do vazio hegemônico apresentando uma contrafala ao discurso oficial e passam a compor todo um repertório de problematização do campo do saber, como o feminismo negro, mulher negra, gênero e educação. Tal elaboração está atravessada pelo que Mignolo (2008, p. 292) aponta como uma desobediência epistêmica, ou seja, a opção descolonial em não assimilar a nova "ordem hegemônica", porém elaborando novas instâncias capazes de estabelecer vínculos com estruturas de pensamentos deslocadas da hegemonia ocidental e a cada deslocamento evidenciando a genealogia dos processos constitutivos.

No rastro da história, a poética da narrativa quilombola em nível local vai encontrar estudos na historiografia sobre a grande ocupação feita por negros aquilombados, donde o Município de Moju, ao tempo de 1850 era descrito como uma "[...] região infestada de mocambos era o rio Moju [...], o Moju sobretudo, onde os negros, cientes da existência daqueles mocambos, estavam muito agitados" (SALLES, 2005, p. 248). Nos dias atuais, encontramos um movimento de mulheres que afirma seguir os passos das "Comadres", essas como verificaremos a seguir, muito se assemelham ao grupo das Taieiras, as Estrelas do Oriente, as Irmãs de Raimundo, associações de mulheres negras que se organizavam por dentro das irmandades negras, nos idos de 1682-1769, as quais Salles (2015, p. 159) caracterizou como uma espécie de sociedade beneficente, pois "Prestava socorro ao membros quando em estado de moléstia e impossibilidade de prover a subsistência, promovendo-lhes ainda os enterramentos 'com decência e mandando celebrar sufrágios no 7º dia de passamento'".

De igual maneira, as Comadres, uma organização informal de mulheres negras da Região do Rio Moju, prestavam serviços de assistência a doentes, nascimento ou morte de alguma pessoa na região, como aponta Waldirene Castro, da Comunidade do Puacê:

> Essas comadres organizavam a questão dos partos ou quando geralmente tinha um doente, certo aquele grupo que ia tá lá, tipo uma espécie de vigília desse doente... Cuidava de doente... Geralmente era uma mulher no pós-parto, ou que ia acompanhar essa gravidez, ou mesmo quando tinha um falecido elas cuidavam do aviso nas comunidades, do enterro e do terço.[2]

Mas também davam contorno à luta de combate às opressões deferidas sobre os novos territórios que se constituíam na região a ponto de "infestar" a região de mocambos,

> Era assim, antes a padroeira daqui era N.S Conceição, hoje a igreja já reconhece a N.S da Trindade, mas era assim, quanto tava assim, quando elas sabiam, por exemplo, de ameaças, iam esmolar, pedir contribuição pra fazer uma reza, uma festa pra Santa, e aí tinha uma coisa de se cantar, de fazer versos, nessa de cantar, fazer as ladainha já deixavam o recado do perigo que o camarada tava correndo. Quando não era reza era os puxiruns. Se juntavam pra fazer um puxirum em determinado roçado e aí já iam avisando em forma de canto. A minha avó, contava uma que a avó dela cantava pra ela que foram avisar o pai dela que era fugido que já tinham descoberto o roçado dele e o dono dele ia buscar ele de volta, era assim: "no roçado das senhoras/ quando veio avisar/ que duas luas não tarda/ nenhum retiro se afirmar/ corro, tira, levanta/ não deixa a semente estragar". Foi assim que nós viemos parar aqui neste Puace, porque essas comadres avisaram o pai da minha bisavó e aí deu tempo dele sair de lá.[3]

Consta na narrativa das Mulheres Quilombolas do Jambuaçu que as "Comadres" eram mulheres ligadas à igreja de N. S. de Santana do Bujaru, no município de Bujaru, e essas "Comadres" eram as pessoas de confiança da igreja, me informou Dona Malafaia, membra do Grupo de Mulheres "As Centenárias", na altura dos seus 104 anos:

> Elas começavam a peregrinação delas lá no Bujaru e vinham chegar pra cá [...] a minha mãe me contava que ela tinha uma tia lá no Bujaru e que essa tia disse pra minha avó, irmã dela no caso, cuidar da imagem de Santana, e essa imagem sumiu, daí que essa imagem foi ser encontrada aqui, como encontraram ela aqui, aqui ela ficou e não saiu mais, foi que formou essa comunidade daqui da N. S. de Santana. Depois já se sumiram duas imagens mais, a da N.S das Graças, que formou a comunidade das Graças e depois já apareceu lá no São Manuel, a imagem do São Manuel e daí que as comadres que vinham pra cá, acabaram por ficar aqui, quer dizer algumas porque as outras voltaram.[4]

Dona Raimunda Malafaia dá evidências de que a formação dos quilombos/mocambos não se dava pela via da fuga somente, isto porque "[...] o negro aprendeu a se organizar. Chegou o momento em que a fuga não era mais uma aventura com resultados indefinidos [...] os quilombos cresceram rapidamente, pois eram o principal foco de atração dos negros escapados das cidades e fazendas" (SALLES, 2005, p. 111-112). A formação das três primeiras comunidades, N. S. de Santana, N. S. das Graças e São Manuel, localizadas no alto Rio Jambuaçu, são evidências do nível de sofisticação adotado para formação da resistência ao regime de escravidão, o que carac-

[2] Informação verbal fornecida por Waldirene Castro, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.
[3] Informação verbal fornecida por Waldirene Castro, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.
[4] Informação verbal fornecida por Dona Raimunda Malafaia, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.

terizamos como uma singularidade ímpar, são comunidades formadas e articuladas por Mulheres Negras por dentro do sistema que as determinou como "[...] um tipo acomodado que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu de maneira mais cristã, oferecendo a face ao inimigo" (GONZALEZ, 2018, p. 114). Felizmente Dona Raimunda Malafaia está a nos contar que as Comadres não deram a face para o inimigo bater, pelo contrário, a ação dessas mulheres dá conta de que mesmo com a tentativa de invisibilizá-las, estas se fizeram presentes, vivas e ativas, dentro da conjuntura desumana do regime escravista.

Em que pese toda tentativa das ciências humanas ocidental em invisibilizar mulheres negras, elas r-existem, inclusive quando suas resistências dão sustentação a construção de um novo conceito de Mulher e de Mulher Negra, posto que, se para o pensamento ocidental o conceito de mulher está atrelado a uma determinação biológica subalterna em relação ao também biológico homem superior, para as mulheres da diáspora africana o conceito de Mulher rompe as barreiras das subalternizações recuperando a concepção africana do ser e do poder acionando, por exemplo, o elemento da antiguidade, donde, nas sociedades yorubanas pré-coloniais, "[...] a organização era (e ainda é) determinada em grande parte por meio da antiguidade. A antiguidade como fundamento das relações sociais yorubanas é relacional e dinâmica, ao contrário do gênero, que não está centrado no corpo" (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 14).

Este trato africano dá contorno ao que considero uma peculiaridade da mulher negra na diáspora, a figura da mulher mais velha como detentora do saber e do poder nos mais variados territórios de resistência às opressões impostas, dos quilombos/mocambos como primeiro foco de resistência, passando pelos lugares de prestação de serviços como cozinhas e mercados às casas/terreiros de guarda do sagrado tradicional. Nesses territórios, a mais velha é determinante para afirmar uma outra lógica humana por dentro do sistema que a subjugou e vai se ramificar e dar concretude a outra maneira de pensar o conceito de mãe, por exemplo, a mulher-mãe deslocada do determinismo ocidental subverte a ordem hegemônica e como uma "mais velha" – daí o significado da antiguidade, adota variadas estratégias de superação de tais determinismos, como vimos nos recursos aos autos cíveis de liberdade, aos quais,

> Funcionaram para os trabalhadores cativos como meio de ramificação de uma liberdade anteriormente alcançada pelos escravos e que por motivos diversos, ainda não gozavam como se "de ventre livre nascesse". E mais do que meios de alcance de alforrias, foram estratégias utilizadas para manutenção dos laços familiares e efetivos constituídos pelos cativos, quando esses trabalhadores tornavam-se suplicantes em ações judiciais em favor da liberdade de filhos, filhas, tias e mães. (PALHA, 2011, p. 7).

Ou em resistências passivas, como aponta Lélia Gonzalez (2018, p. 115), analisando a fantástica sacada contida na ação das "mães-pretas" que:

> Conscientemente ou não, ela passou para o brasileiro branco as categorias das culturas negro-africanas de que era representante. Foi aí que ela africanizou o português falado no Brasil (transformando-o em "pretoguês" e, consequentemente, a cultura brasileira). E, no caso nordestino, foi contando história pro "sinhorzinho" que ela transou Zumbi enquanto figura ameaçadora de crianças malcriadas.

Contrariando a lógica do aparelho ideológico ocidental que a reduziu à cuidadora, reprodutora, por meio de um status fraudulento de "mãe", de "mãe-preta", quando por detrás desse

lugar estavam corpos violados, essa mulher negra rompeu com tal estrutura e se colocou como sujeita da própria história por meio de suas resistências cotidianas, que são maneiras, formas disfarçadas de burlar as regras, resistindo aos dispositivos de controle das agências opressoras. As "mães-pretas", não publicizavam suas ações, elas agiram de maneira tal que o seu opositor não percebia que estava sendo lesado, a ideia, podemos assim dizer, não era criar um confronto direto, e sim estabelecer estratégias de resistência usando um discurso "oculto", ou o discurso difuso, fragmentado, que orientavam as interações cotidianas entre dominantes e dominados.

Ao longo dessas narrativas duas questões apresentam-se como fundantes nessa trajetória de ver, ouvir e contar, por um lado romper com as narrativas históricas que invisibilizaram mulheres negras como potentes agentes da transformação da ordem hegemônica, por outro recuperar, ouvir, conhecer outras narrativas e narrativas negras femininas das herdeiras dessas mulheres-mães, mulheres quilombolas, mulheres negras urbanas e rurais, mulheres negras nos mais variados territórios, os quais essas mulheres todas afirmam o lugar de poder e utilizam tal poder para ensinar a ser mulher negra senhora da história.

O que mantém a tradição da força de suas ancestrais ao organizarem a luta dentro do Território Quilombola do Jambuaçu, isto porque, a participação das Mulheres nas decisões, organizações e luta dentro dos quilombos é uma marca forte, arriscando-me a dizer que não se toma decisões mais alargadas sem a posição dos grupos de mulheres que se organizam por dentro dos quilombos.

Importa destacar que a leitura deste texto não pode ser feita linearmente como impõem as ciências positivistas ocidentais, a leitura deste texto deve ser feita no ir e volta às histórias num tecer uma teia, pois nenhum saber se esgota em uma única experiência vivida, estamos a tecer as teias da memória da população negra na Amazônia, por meio das narrativas contra hegemônicas que dão conformidade a um campo do saber que repõem reações e resistências históricas, no caso dos quilombos, como aponta Arroyo (2014), repõem e repolitizam. Ao longo deste texto as narrativas das Mulheres Quilombolas do Território Quilombola do Rio Jambuaçu-Moju, PA, nos colocam diante de uma nova reescritura da história, portanto repõem o que a colonialidade do poder expropriou.

O que nos leva a compreender a organização política das Mulheres Quilombolas do Rio Jambuaçu-Moju, PA, como uma ação educativa é o entendimento de que educação não é algo fixo e sim uma "forma de intervenção no mundo" (FREIRE, 1978, p. 74), assim, contrariando a lógica hegemônica que destitui mulheres negras e mulheres negras quilombolas do protagonismos da luta contra hegemônica, um aspecto dessa organização nos coloca diante de uma poderosa narrativa que passa a constituir o processo educativo emancipatório nas comunidades que formam o referido território, trata-se da constituição de uma associação de mulheres autônomas, constituída formalmente e que faz frente à pressão do capital agromineral instalado na região, assim como nas relações de gênero, como podemos perceber na fala de Waldirene Castro, uma das lideranças femininas do Território:

> É que os homens sempre querem dar um jeito da gente, mulher, ficar de fora, e não assumir as presidências. Do território todo, só três de nós já foi presidente, quer dizer, presidenta [risos].[5]

[5] Informação verbal fornecida por Waldirene Castro, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.

Tomadas pela necessidade de conscientizar as mulheres do território com relação à emancipação dessas na efetiva participação da manutenção da vida nas comunidades, na produção de alimento, na conservação e preservação dos recursos naturais, na educação, enfim na dinâmica sociocultural das comunidades, nasce a Associação de Grupos de Mulheres do Território Quilombola de Jambuaçu "AS TUCANDEIRAS". O nome evidencia a força e amplitude do processo organizativo dessas mulheres, uma vez que "tucandeira" é uma espécie de formiga que não fixa território, ou seja, não faz ninho em um único local ela se espalha, a simbologia do termo, muito se adequa a organização das mulheres no Território do Jambuaçu, pois, os grupos de mulheres se espalham pelo território e onde quer que estejam são reconhecidas como "do grupo das Tucandeiras". Os grupos de mulheres são formados a partir de características produtivas do local e da memória:

> Quem faz panela de barro, quem planta açaí, quem faz produtos artesanais, quem faz farinha, tem as que são pescadoras e as Centenárias Malafaia, que são as netas, bisnetas, das "Comadres" [...] "Tucandeiras porque são trabalhadeiras e brabas e nunca ficam num único lugar, elas se espalham. A senhora já pegou uma ferrada de tucandeira? Hum, não né? Pois é. E tem mais, elas só andam em grupo quando uma é tirada do rumo, hum, te prepara que a ferrada vem mais forte. Por isso somos tucandeiras, nós nos unimos, cada uma ajuda com o que sabe fazer e juntas nós vamos se defendendo, se ajudando, se gostando e se espertando, que o negócio não é assim não como o povo quer pensar que é.[6]

A presente narrativa ocupa-se em trazer um registro do protagonismo das mulheres negras do Território Quilombola do Rio Jambuaçu-Moju, PA, suas subjetivações, assim como, a escritura de suas contrafalas como elemento constitutivo de uma ação educativa transgressora, cuja centralidade está na afirmação de que essas Mulheres educam e se educam por meio de práticas, ações, saberes e experiências ancestrais acionadas em decorrência da necessidade de afirmarem-se contrárias às determinações moderno/ocidentais impostas sobre seus corpos/mente/vida.

Mulheres negras do território quilombola do Rio Jambuaçu e suas r-existências educativas

Há mais de uma década as implicações com a extração de minério têm se intensificado na região do Território Quilombola do Rio Jambuaçu, primeiro pela instalação de um mineroduto para o transporte de bauxita e de uma linha de transmissão instalada pela Companhia Vale do Rio Doce, depois vendida para a empresa Hydro, que impactou de forma severa as terras dos quilombolas provocando a destruição de uma florestas inteira de castanheiras, roçados e o assoreamento de rios e igarapés; segundo pela ameaça de construção de uma ferrovia para transporte de minério, a Ferrovia Pará, vindo do Maranhão passando pela extensão na Alça Viária/Perna Sul, rasgando dois territórios quilombolas localizados no Município de Moju: África-Laranjituba, abaixo do Rio Moju e o do Rio Jambuaçu, no alto do Rio Moju, para poder chegar a Serra dos Carajás.

Essa nova/velha ameaça fez com que os quilombolas do Jambuaçu pensem num novo realinhamento da luta, isto porque, o capital instalado no Território passou a fragilizar as relações entre os comunitários o que levou a uma nova investida na mobilização e organização das Mulheres

[6] Informação verbal fornecida por Waldirene Castro, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.

dentro do território, remontando à luta ancestral das bisas, das avós, mães, tias, das "velhas mulheres", no enfretamento ao capital agromineral e aos conflitos internos.

> O que eu acho engraçado nesses homens daqui é que pra nós ir pra roça, pra fazer farinha, nós tem que tá do lados deles, agora quando é pra nós decidir as coisas, sair pra um evento assim, pra uma viagem... é uma coisa! Mas tá bom que eu vou deixar de ir pras minhas reuniões, pras nossas rodas por causa de macho.[7]

Conceição Silva, mulher negra quilombola, moradora da Comunidade N. S. das Graças, é uma das mais importantes lideranças dentro do Território Quilombola do Rio Jambuaçu, é filha do Sr. Narcizo, um dos líderes da luta no processo de instalação do mineroduto, falecido em 2010. Conceição era a filha que acompanhava o velho Narcizo – *papai teve 7 filhos homens e só eu de mulher, mas nenhum dos filhos homi acompanhava o papai, era só eu*. Conceição é uma mulher que tem a luta cravada na sua constituição, é uma mulher de muita coragem e força, de uma agilidade em pensar e entender "de longe" as estratégias que o capital utiliza para desmobilizar a luta no território.

Herdeira da luta pela manutenção da vida, Conceição tem protagonizado junto com Waldirene Castro profundas mudanças no modo de pensar e de agir das mulheres quilombolas do Jambuaçu:

> Essa minha Juliana aqui tava com 5 pra 6 anos e o território estava pegando fogo com a história do mineroduto da Vale, hoje da Hydro, quando nós tínhamos que decidir o que fazer com essa empresa não tinha noite nem dia, era a hora que desse nós tínhamos que está lá, firmes. Nenhum desses meus filhos, nem marido me impediu de ou me impedem, até hoje, de lutar.[8]

Conceição e Waldirene moram em lados extremos do Território "*mas não tem distância certa*" que as deixem desconectadas. Nessa ligação e disposição à luta, arregimentaram Guiomar Santos da Comunidade do 40 (referente ao KM 40 da Rodovia Perna Sul), que deixa a nu, o nível das relações extremadas de opressão dos homens da comunidade em que vive, relatando um episódio que dá origem ao Grupo das "Charcudas", um dos grupos que integram a Associação de Mulheres Quilombolas "AS TUCANDEIRAS".

> Olhe, aqui a gente gosta de jogar uma bolinha de tarde, depois do trabalho vai todo mundo pra beira do campo bater uma bola. Acontece que os homens daqui, sabe como é, nos deixavam por último pra jogar, aí tinha umas mulheres que tinham que ir pra aula, outras tinham que colocar janta e aí já tava ficando difícil jogar só nós mulheres. Aí nos falamos pra jogar com os homens, hum, mas credo, foi horrível por eles bateram nós todinha. Aí nós resolvemo tirar um campo pra nós. Mas pensa numa mulherada que trabalhou, fizemo farinha, bingo, todas essas coisas e aprontemo o campo. Pois no dia da inauguração que nós convidamos toda a mulherada das comunidades todas desse Jumbuaçu. Eles se puseram na beira do campo pra não deixar nós jogar. Até esse pastorzinho tava lá pra dizer pra nós não jogar. Mas professora, deixe que nós tá lá discutindo e um molequinho, desses moleques abusado me falou assim: "minha pica que vocês vão jogar". E os outros machos grandes começaram a rir, foi que me subiu uma raiva que eu peguei a bola e disse mesmo: "se tu tem pica eu tenho charque" e me deu a maluca que eu juntei as mulheres todas e nós expulsemo os safados e até o pastor. Nós

[7] Informação verbal fornecida por Conceição Silva, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.
[8] Informação verbal fornecida por Conceição Silva, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.

> pegamos mesmo pau, pedra e fomos tirando eles de lá. Era bem uns 20 homens. Mas nós era mais.[9]

Guiomar é a mais nova delas e por incrível que pareça a mais calma. É extremamente observadora e nas reuniões é sempre a última a falar porque com maestria faz um apanhado de toda a reunião e dá as providências, é também a única dentre as duas que está presidenta da associação da comunidade. As narrativas das Mulheres Negras Quilombolas acima colocadas demonstram que tais mulheres fogem ao imaginário social de que o lugar da mulher é no espaço privado da casa, pelo contrário, as mulheres que fazem parte desta pesquisa transitam em outros espaços, ditos públicos, no contexto da comunidade quilombola, a roça, o campo de futebol e no fronte da luta.

Essas mulheres protagonizam a superação de formas e lugares que reforçam os papeis de subalternidades e pretensas incapacidades, tais mulheres não invertem papeis, elas rejeitam as determinações contidas nas determinações hegemônicas de gênero, suas práticas provocam um deslocamento do lugar de inferioridade destinado à mulher negra e redesenham o lugar de poder.

Guiomar Silva, 47 anos, lidera o Grupo das Charcudas que se formou a partir do episódio ocorrido no campo de futebol, quando homens se interpõe e tentam exercer uma pretensa autoridade sobre as mulheres, acionando do símbolo inscrito na hegemonia como símbolo de poder/dominação masculina, o falo, as mulheres, sob orientação de Guiomar dizem não e reposicionam o corpo/poder feminino, outrora, subalternizado, "charque carne de segunda", mostrando que os construtos hegemônicos machistas depreciativos são diminutos para os seus formuladores porque "CHARQUE" dentro do Território Quilombola do Rio Jambuaçu virou símbolo de PODER FEMININO.

Outro episódio que demonstra o poder desse grupo de mulheres é uma festa que acontece todos os anos, no mês de agosto, na qual só participam mulheres. Tudo começou quando em uma festa realizada por um time de futebol masculino da comunidade:

> Bem, eles contrataram o DJ, mas nós pagamos o ingresso. Quando nós pedia as músicas que nós queríamos dançar eles faziam o sinal, assim (sinal negativo) pro DJ lá não tocar. O fato foi que nós saímos com a cara no chão. Mas como nós tem o nosso campo também, nós chamamos todas as mulheres do território e fizemos um campeonato que durou um fim de semana todo [risos] e quem fazia farinha fazia, quem tinha criação vendeu, quem tinha açaí vendeu, o que a gente tinha, a gente, a gente foi vendendo e foi fazendo dinheiro. Quando nos já tinha o dinheiro, nós mandamos fazer faixa, contratamos o mesmo DJ e fechamos a sede e só entrava mulher e de graça. E pense nós dancemo e gritava lá de dentro: aqui só tem charcuuuuda![10]

A partir de então, as festas são realizadas anualmente, somente entram mulheres, elas formaram também duas DJs que tocam na festa e todos os instrumentos do carimbo foram construídos por elas. Hoje, elas também constroem tambores, pandeiros, agogôs e fornecem para outras comunidades:

[9] Informação verbal fornecida por Guiomar Santos, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.
[10] Informação verbal fornecida por Guiomar Santos, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.

> A gente já entrega até afinado, que tem a tia Dalgiza que é uma coisa pra afinar tambor. Agora é só no mato, não me pergunte como ela faz que eu não sei e nem quero saber [risos].[11]

Tais mobilizações nos colocam diante de uma potente ação educativa de processos formadores de consciência, identidades e valores. Processos de humanização. Pedagogias peculiares ao longo do processo de resistência coletivas e peculiares das relações de poder (ARROYO, 2014, p. 99). Para tanto, essas mulheres negras buscam manter o vínculo com a história ancestral do quilombo, reescrevendo e inscrevendo o lugar, a participação e responsabilidade da mulher negra na formação desse território, isto porque, e até mesmo por força da luta do movimento negro em construir a imagem de um herói que simbolizasse a luta negra, projeta Zumbi dos Palmares, e fica então no imaginária brasileiro a predominância masculina na constituição dos quilombos, "[...] ficamos com o Zumbi na cabeça e onde é que a mulher negra entra nesse papo?" (GONZALEZ, 1980 apud BARRETO, 2018, p. 12). Esta indagação de Lélia me faz lembrar de um importante elemento do processo de reconhecimento das terras quilombolas, pelo ao menos, aqui no Pará.

Estabelecido o direito constitucional do reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas, os desdobramentos para a efetivação da titulação previam a criação de uma associação que representasse todos os moradores, assim, tais associações passam a representar formalmente os moradores e acabam por suprimir a primeira organização coletiva dentro das comunidades, os Clubes de Mãe. Na região do Jambuaçu todas as 12 primeiras comunidades do território tinham tal clube.

Participando do VII Encontro de Mulheres Negras Quilombolas, realizado na Comunidade Quilombola de Porto Alegre, Cametá, em 2016, fiz um levantamento entre as mulheres participantes do encontro e constatei que em todas as comunidades havia tido um Clube de Mães, e que os esses foram desaparecendo no processo de formação das Associações Quilombolas para reconhecimento e titulação das terras de quilombolas.

> No clube de mães a gente resolvia tudo e fazia tudo lá. Quando não tinha igreja lá se rezava a missa, batizado, casamento. Quando chegava alguém de fora a gente abrigava lá. No clube não tinha um que mandava, eram nós as mulheres que decidia tudo. Só nós. Porque a gente tava por ali olhando tudo. Quando começaram com esse negócio de quilombola é que acabou com o clube porque nós tivemos todos que nos associar pra poder ser quilombola.[12]

Assim podemos inferir que a experiência quilombola na Amazônia tem um fazer feminino e por conta desta questão as mulheres negras quilombolas estão protagonizando a luta nos territórios quilombolas pela manutenção dos saberes, a educação, a saúde, a demarcação/titulação das terras, assim como a proteção dos seus territórios, pois a ancestralidade é constitutiva, faz a ligação entre passado+presente+futuro.

No Território Quilombola do Rio Jambuaçu, as mulheres vêm para o campo de disputa, e dizem que é necessário constituir uma organização específica de mulheres que pudesse estar dialogando umas com as outras, cuidando umas das outras, protegendo umas às outras porque

[11] Informação verbal fornecida por Guiomar Santos, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.
[12] Informação verbal fornecida por mulheres quilombolas durante o VII Encontro de Mulheres Negras Quilombolas, realizado na Comunidade Quilombola de Porto Alegre (município de Cametá/PA), em 2016.

estavam acontecendo "uma série de rebuliço" no território que estava atingindo diretamente as mulheres.

> Quando nós conseguimos a Casa Familiar Rural (CFR), os maridos não queriam deixar as mulheres estudar lá, depois eles já não queriam mais nem deixar as filhas irem estudar. Aí teve o Saberes da Terra e uma senhorinha foi estudar escondida do marido, o povo que não presta, foi dizer pro camarada que ela tava estudando lá. Pois ele esperou ela chegar em casa e estragou com ela (pausa/voz embaçada de choro). Eu era coordenadora pedagógica da CFR e vi que ela não tinha mais aparecido na escola e aí eu fui lá saber por que se ela já tinha desistido. Foi que eu vi a situação e aí o estrago quem fez fomos nós. Fomos pela delegacia, mas o desgraçado fugiu. Foi a partir daí que nós resolvemos nos juntar e formar a associação só de mulheres.[13]

Nasce então a Associação de Mulheres Quilombolas "As Tucandeiras" em referência à formiga cuja ferroada "faz o caba desmaiar de dor" e no simbolismo que carregam em torno da formiga (comunitarismos, cooperativismo, energia vital) as Mulheres Negras Quilombolas do Jambuaçu têm movimentado o cenário da luta contra a opressão sobre seus corpos e modos de vida. Esta associação é uma espécie de guarda-chuva que abriga todos os grupos de mulheres existentes nas comunidades, que leio como remanescentes dos clubes de mães, são eles: Grupo das Mulheres da Panela de Barro, este grupo é formado por mulheres de três comunidades: do Puace, de São Manuel e Centro Ouro, as mulheres se autodenominam, "As Paneleiras"; as Centenárias Malafaias de N. S. das Graças; as Charcudas da Comunidade do 40; Grupo das Bordadeiras de Santana do baixo; Grupo das Apanhadoras de Açaí de Santo Cristo.

Além de irem ao enfrentamento com o grande capital, essas mulheres enfrentam o machismo dentro da comunidade, estruturado por meio da grande maioria dos presidentes de associações que enxergam na luta e mobilização dessas mulheres uma ameaça no seu lugar público de provedor, cuidador, defensor. Ao se sentirem atacados nos seus direitos, tornam-se alvo preferencial do capital que intenta sobre o território, pois passam a usar as estruturas de poder que ocupam, pela via da presidência das associações, para dizer que "*não é bem assim*", as comunidades podem viver facilmente com a ferrovia.

Entendendo que não, que o Território vai se perder com a ferrovia, essas mulheres passam então a viver em função de impedir a construção da ferrovia e logo começam também a sofrer penalidades. A primeira delas foi a professora Waldirene Castro que foi retirada sem nenhuma explicação da coordenação pedagógica da CFR Pe. Sergio Tonetto e só tomou conhecimento quando recebeu o contracheque zerado e a carga horária diminuída, ao que ela reagiu com bravura e tenacidade: "*mas se eles pensaram que eu ia passar fome, eles se enganaram, eu tenho roça, criação e as minhas panelas de barro*"[14]. Em seguida, D. Maria Trindade (67) foi brutalmente assassinada pelo filho do vigia da empresa Marborges Agroindústria[15], entrando para o rol de lideranças que foram assassinadas por "motivações passionais", escamoteando os reais sentidos de tais mortes, os conflitos agrários entre quilombolas e empreendimentos instalados no Território Quilombola do Rio Jambuaçu.

[13] Informação verbal fornecida pelas mulheres quilombolas do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.
[14] Informação verbal fornecida por Waldirene Castro, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.
[15] Agroindústria com foco na extração do óleo vegetal (coco e dendê), instalada na região desde 1970.

Esse fato abalou sobremaneira as mulheres quilombolas do Jambuaçu, porém não as intimidou. Viveram o luto, choraram, protestaram e como bem colocam "*tombaram Maria Trindade, mal sabiam que ela era semente*", então, estas mulheres passaram a promover várias reuniões no âmbito do território, mobilizando os comunitários, por meio das associações, assim como uma nova categoria de luta que vem se constituindo no território, o "grupo dos jovens" e várias instâncias de proteção do Estado, como Defensoria Pública e Ministério Público, além de parceiros institucionais por meio de grupos de pesquisas que atuam no território, tais como o Grupo de Pesquisa em Educação do Campo do Campo na Amazônia (Geperuaz-UFPA), a Universidade no Quilombo (UFPA/Campus Castanhal), o Grupo de Pesquisa em Educação Quilombola (EduQ/Uepa), o Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAAM/UFPA), o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa) e a Rede Fulanas pelo Movimento Negro, deixando evidente que tais agressões não as intimidariam:

> Se as empresas estão pensando que com o assassinato da Trindade as empresas vão nos calar, tão pensando errado. É por Trindade que agora nós nos levantamos também. Tombaram a Maria Trindade, mal sabiam que ela era semente. [...] Então nós temos que junto com esses parceiros encontrar uma forma de construir defesas pra sobrevivência do nosso território, que é a nossa própria sobrevivência.[16]

É nesse contexto que a Associação de Mulheres "As Tucandeiras" promove uma primeira reunião para tratar do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada no direito brasileiro por meio do Decreto nº 5051/2004, previu em seu artigo 6º o dever dos Estados nacionais de realizarem o procedimento de Consulta Prévia, Livre e Informada às comunidades indígenas e tribais sempre que uma medida administrativa e legislativa às afetarem, aqui abarcando as comunidades quilombolas (BRASIL, 2004).

> Não é de hoje que nosso território é atacado por essas empresas, a Marborges mesmo está aqui há muito tempo que foi se chegando, se chegando, comprando um pedaço de um, de outro, aí se era esse pedaço aqui ela já dizia que era mais e os besta se calavam e taí isso daí. E a Trindade era uma que não vendia, não dava um pedaço de terra dela pra empresa, as terras dela ficavam bem no meio do montão de terra que a Marborges disque comprou. Aí né, deu no que deu.[17]

Os conflitos de terra do Território do Jambuaçu sempre tiveram esse formato, a instalação do capital pela via da compra, antes dessas terras serem reconhecidas pelo Estado Brasileiro como uma terra de ancestralidade quilombola, o mesmo capital, avançava na grilagem de terras para além daquelas compradas, gerando graves conflitos. Com o reconhecimento das terras de quilombo pela Constituição Nacional, os conflitos passam a se dar por meio das leis de concessão e licenciamento para exploração de minério, possíveis porque os recursos minerais e o subsolo são bens da União e ela estabelece formas de concessão. No caso do Jambuaçu, a União concedeu o subsolo das terras quilombolas para a instalação do mineroduto da Hydro.

Com a previsão de instalação da Ferrovia Paraense que vai ligar o Porto da Vila do Conde em Barcarena, PA, à Açailândia, MA, o clima de tensão se acirra dentro do território. Tal ferrovia vai impactar inúmeros territórios tradicionais, agroextrativistas e quilombolas, ao ponto de

[16] Informação verbal fornecida por Waldirene Castro, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.
[17] Informação verbal fornecida pelas mulheres quilombolas do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.

comunidades inteiras desaparecerem para dar caminho à ferrovia, como é o caso da Comunidade Quilombola do Puacê que tem como projeto de compensação ser totalmente remanejada para outro espaço dentro do território:

> O estado tá dizendo mesmo assim pra nós: olha vocês estão me atrapalhando, então pra não fazer igual como eu fiz com os pais e mães de vocês lá na África, que eu cheguei metendo o pé na porta, saquei tudo por lá, coloquei no navio e trouxe pra cá pra ser meus escravos, vocês que são filhos desse pessoal ai e como eu tô melhor eu vou tirar vocês daqui dessa terra e colocar pra outo local, assim, simples assim. Mas a gente responde é a assim: vocês não vão fazer com a gente o que fizeram com os nossos pais, mães e avós, nós não vamos deixar vocês nos arrancarem daqui deste chão, como se estivessem arrancando do chão uma árvore. Aqui está plantada a nossa vida, nossos pés são raízes profundas deste chão e em honra aos nossos antepassados vocês não vão nos arrancar daqui. [...] o Estado pensa que a gente não sabe que isso é racismo, que eles querem passar essa ferrovia deles aqui nas nossas terras, porque o Estado continua sendo racista![18]

Tomadas pela certeza de "que pelos braços da mulher, a força dos quilombos", a Associação de Grupos de Mulheres Quilombolas "As Tucandeiras" tomou as rédeas da mobilização do território no tocante ao processo de instalação da ferrovia no território, tendo clareza de que a luta se dará em termos desiguais,

> Nós sabemos com quem estamos lidando, estamos lidando com o grande capital, porém nós vamos nos valer da lei que nos favorece, enquanto há [risos]. A ferrovia vai sair sim, eu tenho clareza disso, mas a minha luta neste momento é dizer sob que condições ela sairá, nós é que vamos dizer como ela vai passar.[19]

Porém, não se intimidam, e pautam a favor de sua luta, a legislação, que dá conta dos direitos aos povos tradicionais a plena vida em seus territórios, assim instala-se o processo de construção do Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada (CPLI) que estabelece as formas como vão se dá as negociações dentro do território. Assim, nos dias 13 e 14 de outubro de 2017, na Casa Familiar Rural Padre Sérgio Tonetto (CFR), na Comunidade Quilombola N.S. das Graças, os movimentos e organizações quilombolas presentes e reunidos em caráter de assembleia geral, criaram durante o processo de sistematização e aprovação do Protocolo CPLI (PARÁ, 2018) e Consentimento do Território Quilombola de Jambuaçu, criaram a Autoridade Coletiva Quilombola de Jambuaçu, formada por uma rede de autoridades (responsáveis) e autônomas para/na tomada de decisão no que tange a proteção e defesa da territorialidade quilombola em nome do quilombo de Jambuaçu/Moju, afirmando, mesmo diante de enorme diversidade, são 17 comunidades cada qual com suas histórias, seus modos de vida, suas memorias individuais e coletivas, afirmando serem "um só povo", ligados por uma territorialidade ancestral e marcada, tradicionalmente, por interligações de famílias quilombolas.

> Nós nos autoafirmamos, historicamente, de forma coletiva, ou seja, como quilombolas que se territorializam, social e politicamente, através da interculturalidade, resultante da articulação de nossos atributos identitários, tais como as nossas formas de "ser" "homem-mulher" contemporâneos e nos diferenciamos (físicos e simbolicamente) por meio de grupos geracionais (crianças/jovens/adultos/idosos), também por nossos próprios "trabalhos" tradicionais, nos realizarmos como agricultoras(es) familiares, extrativistas,

[18] Informação verbal fornecida por Waldirene Castro, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.
[19] Informação verbal fornecida pelas mulheres quilombolas do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.

> servidoras(es) públicas(os), pequenas(os) empreendedoras(es) e estudantes; seguimos, internamente, distintas orientações religiosas: protestantes, católicas(os), afroreligiosas(os), assim como benzedeiras(os), curandeiras(os) e parteiras (os); e finalmente, nós nos autorepresentamos, politicamente, em diferentes formas de organizações sociais e territoriais (urbano-rural). Assim, portanto, formamos uma só "identidade quilombola plural", conjugando o passado com o presente. (PARÁ, 2018, p. 1).

O Protocolo CPLI do Território Quilombola do Rio Jambuaçu (PARÁ, 2018) é um documento que determina as bases da negociação com os empreendimentos, cuja condição *sine qua non* é ninguém negociar sozinho, "*estamos juntos e misturados*", pois em experiências anteriores, o capital mineral tem atuado na divisão do território, imprimindo uma prática de negociar com as famílias "diretamente" atingidas pelo empreendimento, ou seja, as casas e sítios mais próximas ao mineroduto e ao linhão de transmissão são as que são beneficiadas com medidas de compensação, entretanto, os vários igarapés, assoreados pelo empreendimento, deixaram de servir a todos dentro do território, as florestas derrubadas de igual maneira prejudicaram a vida em todo o território.

> Não queremos que a nossa história seja esquecida e muito menos violentada. "Os empreendimentos aceleraram o processo de extermínio do nosso povo desde a década de 70 com a entrada da Reasa, Marborges, Vale, Imerys, Hydro, entre outros" que violentaram nosso modo de vida. Porque esses "empreendimentos que passaram por aqui nos enganaram covardemente". Não queremos que a "Exploração e violação de direitos se repitam nunca mais". Pois sabemos que "Eles querem concluir o Etnocídio, mas não vamos deixar eles concluir o extermínio da nossa gente, da nossa terra". (PARÁ, 2018, p. 4).

Os povos originários, povos tradicionais e, mais especificamente, as comunidades quilombolas, são entendidos como sendo grupos que culturalmente se distinguem do projeto dominante, ou predominante de nação, possuindo formas próprias de organização social, se reconhecendo como tais, utilizando seus territórios e os recursos naturais, como uma condição de sua reprodução e perpetuação cultural, social, econômica, religiosa e ancestral, onde seus conhecimentos e práticas são transmitidos e gerados de geração em geração, através da tradição (MOREIRA; MIRANDA, 2017, p. 728). Desta forma, a utilização do protocolo e a realização da consulta prévia pode garantir o direito da comunidade à identidade e à autodeterminação, o que dificulta a ação dos empreendimentos durante os processos de consulta prévia e de consentimento na formulação e execução de empreendimentos que estejam em fase de licenciamento ou de planejamento que afetem diretamente o Território do Rio Jambuaçu e fortalece a luta pela sua manutenção.

> O governo passado deu uma parada e resolveu jogar a pomba para o atual governo, que já começou a minar as relações junto com os empreendimentos aqui no território. Mas aí todo mundo tem um livrinho do protocolo e aí a gente ouve, ouve, ouve o pessoal falar e quando eles pensam que nós convenceram, aí nós diz: mas olha, não é isso que tá aqui no nosso protocolo [risos].[20]

As mulheres do Território Quilombola do Rio Jambuaçu rejeitam determinações de subalternizações sobre elas e passam a acionar mecanismos de superação desses lugares, por meio de subjetivações inscritas na própria estrutura constitutiva de uma descendente de africano/a, o reestabelecimento da força ancestral, assim, restituem o ser/mulher apartado do determinismo

[20] Informação verbal fornecida pelas mulheres quilombolas do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.

ocidental que objetifica corpos femininos e afirmam o ser/mulher que opera sob uma outra lógica, a lógica de estar em movimento, e portanto, sem lugares pré-determinados a ocupar, logo, atentas, libertas e extremamente perspicazes.

Esses tempos de vivência com as Mulheres Quilombolas do Jambuaçu aprendi que uma Mulher Quilombola é dotada do poder da Mulher Africana, transterritorizado na diáspora, assim, quando repelidas por forças hegemônicas estabelecidas pela colonialidade, essas mulheres resistem e não aceitam determinações sobre seu movimento/corpo/vida e passa então a afirmar outras identidades. A resistência às imposições de lugares faz com que as Mulheres do Território Quilombola do Rio Jambuaçu R-Existam como mulheres pela via das suas ancestralidades, pelos fios da memória que as colocam em sintonia com as suas mais velhas, com suas ancestrais e como "as antigas faziam", elas animam as lutas em defesa de seus territórios, assim como reafirmam o lugar do poder feminino que é dialógico, estratégico e emancipador. Estamos diante de uma ação educativa transgressora.

Considerações Finais

As Mulheres Negras Quilombolas do Jambuaçu seguem os passos que "vem de longe", as lideranças femininas do Território Quilombola do Jambuaçu, Waldirene Castro, Conceição Silva e Guimar Silva, protagonizam narrativas outras de luta pela terra, assim como o redesenho de poder da mulher negra acionando a memória ancestral das "suas mais velhas", estabelecendo atos educativos para organização e mobilização interna. O estado de exploração do capital continua imperioso, mas não faltam resistências, especialmente das mulheres pela afirmação da permanência na terra e pela sua identidade. Observa-se que presentes e pulsantes estão as mulheres na defesa de sua terra, pois dela depende o trabalho, a vida material e imaterial e por isso elas seguem em luta e organizadas.

Assim, organizadas em seu movimento, as Mulheres do Território Quilombolas do Rio Jambuaçu revertem determinismos externos de cunho machista, racista rompendo com posições subalternizantes, assim como rompem com imagens estereotipadas sobre o ser mulher e ser uma Mulher Negra Quilombola afirmando suas posições em nível das negociações internas, da autonomia em nível das suas representações e o mais espetacular desse processo que é a primazia dialógica na mediação de conflitos. Em que pese tal mobilidade, essa autonomia, poder de negociação se estabelece em meio a sérios conflitos causados justamente pela concepção machista que mina as relações nas comunidades quilombolas.

Porém, a reação a estes conflitos estabelece uma rede de solidariedade entre as mulheres quilombolas e potencializam suas organizações nas mais variadas dimensões de suas atuações, seja familiar, militante, do mundo do trabalho, na educação, enfim, e aprimora suas mobilidades. Todavia, mesmo que participem de um coletivo comum, as mulheres quilombolas do Jambuaçu, vivenciam processos diferenciados de recriação, em que pese estarem organizadas em uma única associação, são mulheres oriundas de 17 comunidades diferentes, com histórias de vidas diferentes. Umas já são centenárias e outras iniciando a juventude, umas estão mais próximas ao rio outras mais dentro da floresta, são universos distintos que se convergem em um bem viver comum

que se orienta pela forma como suas ancestrais estabeleceram uma arquitetura do saber, do ser, e do agir da mulher quilombola.

Nesses anos de pesquisa e de militância junto às mulheres quilombolas do Jambuaçu, não houve uma vez se quer que, ao emitir um parecer ou responder a um questionamento que a frase não iniciasse com "no tempo das antigas" ou "eu aprendi com a minha mais velha", tais expressões me reportam ao entendimento de continuidade de um modo de ser, de pensar que garante exatamente a existência das comunidades, ou seja, a ancestralidade tem um papel educativo preponderante no interior da organização das mulheres quilombolas do Jambuaçu.

A presente pesquisa revelou que essas mulheres quilombolas se fortalecem como sujeitas sociais e coletivas, por meio da ação dialógica, dos movimentos internos e externos a que se vinculam para consolidação de identidades positivas da mulher negra quilombola do Rio Jambuaçu à medida que suas ações problematizam as realidades vividas, assim buscam construir novas relações sociais que vão incidir sobre suas lutas coletivas e individuais, assim afirma Dona Nazita (95):

> Como a senhora pode ver eu já estou quase chegando nos 96 anos, é muito tempo de vida, né? E nesse tempo todo de vida nós tamo lidando com essa questão dessas empresas, assim, antes era o tal do senhor dos escravos, agora que acabou a escravidão, disque, essas empresas querem nos escravizar, fazendo esse tipo de coisa aqui no nosso território. Como é que eu vu nessa altura da minha vida me mudar daqui, meus mortos tão todos enterrados aqui e aqui eu vu me enterrar. Então **eu tenho mais é que ir lutar com essas mulherada daqui porque não é justo isso que tão querendo fazer com nós aqui.** [...] A senhora pensa, quem vai pra reuniões sou eu minhas filhas e minhas netas, e eu que insistia com elas, os homi só querem saber da notícia. Eu já disse que não digo é mais nada, se quer saber vai pra reunião [risos], o marido desta uma deu de ir agora com nós [...] quando eu chego nas reuniões que **me perguntam quem eu represento eu digo eu sou "Tucandeira" do grupo das Centenárias Malafaia** e tem mais eu num gosto de ir pra reunião nos ônibus que contratam pra levar a mulherada, eu pego minha saculinha, coloco meu pedaço de pão, meu punhado de farinha e minha garrafa de café e saio que ninguém sabe por onde eu vou, quando dão fé eu já cheguei, muitas vez até primeiro que o ônibus.[21]

É fantástica a vivacidade de dona Nazita e a profunda compreensão da importância de estar organizada e como tal organização é um elemento de demarcação de poder, assim como um elemento educativo ancestral que é compreendido nas gerações distintas dentro de sua própria família, revelando um processo de criação e recriação de novas identidades e sujeitas sociais. Petronilha Silva (2013) nos dá a dimensão desse processo ao ressaltar que quando isso acontece "[...] deixamos de ser objetos para sermos sujeitos, para nos constituirmos em vozes libertas". Essa recriação pode ser também constatada no meu processo individual de tomada de consciência da minha negritude em decorrência do aprendizado proporcionado pela militância e que me permite pensar, agir, me orientar por outra episteme, a epistemologia educativa contida na ancestralidade africana, estamos escrevivendo, a transformação, isto por si só é revolucionário, mas por hora me sinto uma transgressora, aprendida como mulheres negras e quilombolas.

[21] Informação verbal fornecida por Dona Nazita, do Território Quilombola do Jambuaçu, em 2018.

A organização política das mulheres negras do Território Quilombola do Rio Jambuaçu forneceu a estas sujeitas instrumentos para enfrentar os empreendimentos que ameaçam a vida do território, assim como para a superação de estruturas machistas no âmbito de suas relações individuais e coletivas, estabeleceu ainda uma rede educativa de criação e recriação de novas identidades, de valorização da mulher negra quilombola e de manutenção dos saberes, valores, modos ancestrais, que na perspectiva apontada por Conceição Evaristo (2010) se constitui numa epistemologia contra hegemônica que orienta a práxis transformadora por meio de ações de resistência como a manutenção da ligação com o invisível/sentível.

Referências

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARRETO, R. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. *In*: GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 2004.

EVARISTO, C. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. *In*: PEREIRA, E. de A. (*org.*). **Um tigre na floresta de signos**: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 132-142.

FREIRE, P. **Educação com prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. [Textos reunidos].

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOREIRA, E.; MIRANDA, J. P. R. de. O direito à participação de grupos vulneráveis: povos indígenas e comunidades tradicionais. *In*: DINNEBIER, F. F.; MORATO, J. R. (*org.*). **Estado de direito ecológico**: conceito, conteúdo e novas dimensões para a proteção da natureza. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2017.

OYĚWÙMÍ, O. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, O. Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies. African gender scholarship: concepts, methodologies and paradigms. Dakar: CODESRIA, 2004. p. 1-8. (CODESRIA gender series, 1). Disponível em: https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2019/06/conceito-genero.pdf. Acesso em: 3 jan. 2019.

PALHA, B. da F. História de trabalhadoras escravas de Belém do século XIX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 ANOS, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300681079_ARQUIVO_textoANPUH2011.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

PARÁ. Ministério Público do Estado. **Protocolo de consulta previa, livre e informada dos quilombolas do Jambuaçu-Moju/PA**. Belém, PA, 2018. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/94/2018-Protocolo-de-Consulta-Quilombolas-de-Jambuacu-Moju.pdf. Acesso em: 19 dez. 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (*org.*). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. p. 227-278.

SALLES, V. **O negro na formação da sociedade paraense**. 2. ed. Belém, PA: Paka-Tatu, 2015.

SALLES, V. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. ed. Belém, PA: Instituto de Artes do Pará, 2005.

SILVA, P. B. G. **Dez anos de Lei 10.639/03**. [Entrevista cedida a Ederson Granetto]. São Paulo: UNIVESP, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1M7HWhYEylI&list=RDCMUCBL2tfrwhEhX52Dze_aO3zA&index=1. Acesso em: 15 abr. 2019.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. "Escrevivencia" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em psicologia social. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, maio/ago. 2017.